

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO NO BRASIL NA DÉCADA DE 2000.

Giselle Nunes Florentino¹

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Multidisciplinar.

E-mail: florentino.giselle@gmail.com

Considerando que o problema do desemprego atinge milhares de trabalhadores em diversos países e no caso do Brasil perpassa por aspectos econômicos, pois seus reflexos atingem a vida de pessoas que dependem direta ou indiretamente da renda do trabalho, haja vista, que esta constitui a maior parcela da composição do rendimento familiar. Este artigo tem por objetivo analisar o comportamento do desemprego no Brasil durante o período de 2003 a 2013, criando um panorama da evolução da taxa de desocupação e apontando o perfil do desemprego. Bem, como apresentar a trajetória do salário mínimo nominal e real durante a década de 2000 e observar a sua relação com a distribuição da renda do trabalho no Brasil. A primeira seção será feita uma apresentação do Princípio da Demanda Efetiva de Keynes, como proposta teórica que irá conduzir a análise. Na segunda seção será feita a análise da taxa de desocupação e em seguida apontando as principais características do perfil do desemprego e na terceira seção a evolução do salário mínimo e um panorama da distribuição de renda no Brasil, através da utilização do índice de Gini, o resultado desta pesquisa aponta para possíveis ações de políticas econômicas que fomentem a geração de emprego e renda no País.

Palavras Chaves: Desemprego, Distribuição de Renda, Trabalho Formal e Economia.

1 - Introdução

A partir da observação dos dados da economia é possível avaliar o comportamento de algumas variáveis selecionadas e com isso interpretar e apontar possíveis encaminhamentos de políticas econômicas. O objeto de interesse deste artigo é traçar um panorama da evolução do desemprego e suas principais características ao longo dos anos

¹ Graduanda do curso de Ciências Econômicas na UFRRJ/IM.

2000. Neste trabalho, iremos observar o desempenho do mercado de trabalho de acordo com a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acompanhando a taxa de desocupação dos trabalhadores e o perfil do desemprego. Considerando uma economia capitalista de produção, em que as relações de produção da economia estabelecem não só os bens e serviços produzidos num determinado período de tempo, mas, também a renda equivalente que remunera os agentes econômicos conforme sua participação nesse processo.

Conforme, Ferreira e Florentino (2013), os rendimentos do trabalho individual são determinantes na composição da renda familiar, através da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2002-2003 realizada pelo IBGE, mostrou que os rendimentos do trabalho são responsáveis por 62% do rendimento médio familiar no Brasil. e, nisto, há uma implicação importante, qual seja, a importância da manutenção do nível de emprego garante renda a milhares de famílias neste país.

O acompanhamento e avaliação da taxa de desemprego se torna objeto de profundos estudos da ciência econômica que busca analisar e conhecer as causas e prováveis soluções para esse problema. A taxa de desemprego ou de desocupação no Brasil é determinada mensalmente pela Pesquisa Mensal do Emprego, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os números da pesquisa em questão são determinados a partir de estudos feitos a cada mês com a População Economicamente Ativa (PEA) das seis principais regiões metropolitanas do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador).

O IBGE classifica como pessoas desempregadas ou desocupadas: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum tipo de atividade nos 7 últimos dias. A PME é uma pesquisa domiciliar, que investiga características da população residente na área urbana das regiões metropolitanas de abrangência, com vistas à medição das relações entre o mercado de trabalho e a força de trabalho associadas a outros aspectos socioeconômicos, incluindo todas as atividades econômicas e todos os segmentos ocupacionais.

Neste sentido, este trabalho buscar criar um panorama da taxa de desocupação nos anos 2000 e apontar as principais características do desemprego. O ponto de partida será a análise da desocupação, determinada mensalmente pela Pesquisa Mensal do Emprego, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em seguida será analisada as principais características do desemprego, como gênero, faixa etária e anos de estudos para apontar as principais características do perfil do desemprego, por conseguinte, acompanhar a

evolução do salário mínimo nominal e seus ganhos reais durante a década de 2000, ademais será feita uma análise da influência da valorização do salário mínimo na distribuição da renda do trabalho no Brasil.

Para alcançar esses objetivos, este artigo estará dividido em mais três seções além desta introdução. Na próxima seção será feita uma apresentação da proposta teórica que irá conduzir nossa análise. Na segunda seção será feita a análise dos dados da PME e as principais características do perfil do desemprego, seguida pela evolução do salário mínimo nominal e real e um breve panorama da distribuição da renda do trabalho através da análise do Índice de Gini e na última seção será feita uma breve conclusão.

2- Determinação do emprego e renda: o Princípio da Demanda Efetiva.

O Princípio da Demanda Efetiva foi formulado inicialmente por dois economistas de maneira independentes na década de trinta: J. M. Keynes e M. Kalecki. Devido ao contexto de Depressão econômica enfrentados pelos principais economias no final dos anos vinte, os dois autores através de distintos caminhos teóricos, chegaram a conclusões similares: a importância do papel dos componentes da demanda agregada na determinação do produto, da renda e do emprego numa economia capitalista de produção.

O Princípio da Demanda Efetiva (PDE) rechaça a Lei de Say, segundo a qual o ato de produzir gera uma renda que será destinada à compra de bens e serviços, ou seja, a oferta de bens e serviços determinaria a demanda por estes produtos. Ao contrário deste argumento, o PDE adverte que é o gasto que determina a renda.

Na proposta de Keynesiana, segundo CHILIATO-LEITE (2010: p.2), “a Demanda Efetiva em Keynes é tratada na esfera das decisões de produção (curto prazo), em que a estrutura produtiva e as expectativas de longo prazo são dadas. O princípio é explicitado como um “ponto” de interseção de funções de demanda e oferta agregada, em termo de renda esperada, que determina o nível de emprego e conforma um equilíbrio, i.e., sem tendência de ajuste automático no pleno emprego.”

Em meio ambiente político conturbado com crises econômicas no final da década de trinta, Keynes elabora a *Teoria Geral do Emprego, do Juros e da Moeda*. Na primeira parte do artigo foi elaborada uma contribuição para teoria econômica em que inverte o postulado da Lei de Say, ao definir que a renda e o emprego são determinados pela demanda agregada.

Para compreender determinação do produto de acordo com Keynes, o primeiro passo é explicitar o modelo Keynesiano simples cuja idéia central é de que o produto é determinado pela demanda agregada e isto implica em assumir que os empresários vão produzir apenas o necessário, de acordo com a demanda.

“Neste modelo, os preços são constantes e a variável de ajuste é a quantidade que será produzida para atender a demanda. Diferentemente do modelo clássico, em que o nível de produto era dado e independentemente do nível de preços, no caso Keynesiano as empresas podem oferecer qualquer quantidade a um nível de preços estabelecido.” (Lopes & Vasconcellos, 2007, p.116).

A condição de equilíbrio no mercado do produto é dada por: Oferta agregada de bens e serviços = Demanda agregada de bens e serviços.

Ou seja: $Y = C + I$, onde Y é o produto real, C consumo e I os investimentos.

Segundo, Lopes e Vasconcellos (2007) um ponto importante que devemos destacar é que neste modelo utilizaremos a função investimento pela ótica do investimento voluntário ou planejado. Assim antes de calcularmos o equilíbrio nesse modelo precisamos definir a função consumo então, para isso, devemos expressar a função consumo a partir da seguinte forma:

$C = C(Y)$, ou seja, o consumo é uma função positiva da renda. Isso significa que quanto maior a renda maior será o consumo. A função consumo assume a seguinte forma: $C = C_0 + cY$. Onde: C_0 é o consumo autônomo que corresponde aquele consumo que não depende do nível de renda. E a variável cY é a propensão marginal a consumir, que nos mostra a parcela da renda destinada ao consumo.

Como $AO = DA$, $AO = Y$ e $DA = C$, que após a substituição ficará:

$$C = C_0 + cY.$$

Assim resolvendo para Y , obtemos a renda de equilíbrio Y_E .

$$Y - cY = C_0$$

$$Y_E = 1/(1-c) * C_0$$

Assim, de acordo com o modelo, $(1-c)$ corresponde à propensão marginal a poupar, que mostra quanto aumenta poupança quando a renda aumenta uma unidade.

Dando continuidade ao modelo, agora podemos introduzir o investimento na função e este será considerado autônomo em relação à renda, $I = I_0$

Em outras palavras, o investimento no modelo Keynesiano simples é exógeno, ou seja, não assume nenhuma função.

Com essa função consumo e investimento exógeno o modelo assume a seguinte forma:

$$Y = C_o + C_y + I$$

$$\text{Substituindo, } Y = 1/(1-c)*(C_o + I)$$

Partindo do Princípio da demanda efetiva, Keynes definiu como os principais componentes da demanda sendo o consumo e o investimento. Keynes considera o consumo agregado uma função estável da renda: o consumo se amplia conforme cresce a renda, mas não na mesma magnitude. Por isso que Keynes chega a variável propensão marginal a consumir, que mostra qual o aumento do consumo, dado o aumento no nível da renda. Este valor pode ser influenciado por vários fatores tais como distribuição de renda, precaução, necessidade biológica entre outros, mas Keynes explica que este valor deverá ser positivo, mas inferior à unidade, pois a coletividade não consome a renda que recebe.

Neste modelo, o investimento é tanto um elemento de demanda agregada em curto prazo como também de longo prazo, pois o mesmo tende a ampliar a capacidade produtiva da economia. O empresário está interessado no retorno que um dado bem de capital lhe conferirá ao longo de sua existência.

Agora, daremos continuidade à função inserindo-se outra variável determinante na economia a fim de chegarmos ao equilíbrio que são os gastos do governo que para Keynes terá um papel importante no modelo. O governo adquire bens e serviços junto ao setor privado, oferece bens e serviços, transfere renda por meio de políticas assistenciais, previdência social, seguro desemprego, pagamento de juros, entre outros.

O gasto é um elemento de demanda que se soma ao consumo e ao investimento. Já os tributos, ou seja, os impostos são pagos ao governo e assim são subtraídos da renda que os indivíduos podem alocar em consumo e poupança, enquanto as transferências ampliam a renda disponível do setor privado. Com isso Keynes introduz em seu o governo com seus gastos e tributos tendo agora a condição de equilíbrio $OA = DA$, ficando:

$$Y = C + I + G,$$

Onde a nova função consumo (C) depende da renda disponível, ou seja, da renda descontada dos tributos e acrescida das transferências. $C = C(Y_d)$, sendo: Y_d renda disponível².

$$Y_d = Y - T + R$$

² Para uma exposição mais detalhada do tema, ver Lopes e Vasconcellos (2007).

$$T = tY$$

G = gastos do governo

I = investimentos

Assim a nova função consumo será:

$$C = C_0 + c(Y - T) = C_0 + c(Y - tY)$$

Onde: C_0 = Consumo autônomo; Y_d = Renda disponível; T = Tributo e R = Transferências.

No equilíbrio $Y = DA$, temos:

$$Y = C_0 + c(Y - tY) + I_0 + G_0$$

$$Y_E = 1/(1 - c(1 - t)) * (C_0 + I_0 + G_0)$$

Percebemos que o gasto estimula a renda por elevar os gastos autônomos. Assim, quanto maior for os gastos, maior será a renda de equilíbrio.

Já os tributos têm um efeito redutor sobre o nível de produto ao diminuir o valor do multiplicador, pois afetam o consumo e este varia de acordo com as variações da renda. Agora teremos que introduzir o resto do mundo que vai acrescentar um elemento na demanda, as exportações, e um elemento de vazamento de renda, as importações.

As exportações correspondem a demanda do resto do mundo por produtos feitos no País. As importações correspondem à demanda de residentes por produtos feitos no exterior. Consideraremos as exportações exógenas, ou seja, não dependem do nível de renda interna.

Nesse modelo consideramos as importações dependentes da renda numa proporção fixa chamada de propensão marginal a importar.

Modelo:

$$C = C_0 + cY_d$$

$$M = mY$$

$$T = tY$$

Modelo:

$$Y = C_0 + cY_d + I + G + X - M$$

Resolvendo:

$$Y = 1/(1 - c + ct + m) * (C_0 + I + G + X)$$

Por fim, através deste modelo keynesiano podemos verificar a importância que Keynes deu a demanda agregada para um bom funcionamento da economia, este ponto é totalmente oposto aos postulados clássicos.

A demanda agregada vai assumir um papel determinante no nível de renda, não havendo limitações do lado da oferta. Este fato ocorre porque para Keynes existe uma capacidade ociosa das empresas que de alguma forma se tivermos um aumento na demanda a oferta pode se ajustar através do aumento de sua capacidade de produção, reduzindo assim a sua ociosidade, fazendo com que mesmo aumentando sua produção não teremos um aumento nos custos e por consequência preços estáveis.

Keynes também conclui em seu modelo que temos um elemento importante que atinge diretamente o nível de produto via gastos públicos e estes gastos ocorrem de acordo com a política fiscal que o governo adota podendo levar a uma ampliação da renda com uma política fiscal expansionista ou uma redução com uma política fiscal contracionista que pode ser através de tomada de decisões que visa uma redução de gastos governamentais público ou um aumento dos impostos. Esta variável também vai afetar o elemento principal do modelo e o que realmente determina o produto na economia que é a demanda agregada.

Podemos concluir que de acordo com proposição Keynes (1992) o nível de emprego de uma economia é determinado no mercado de bens e serviços, onde a decisão de produção baseada na demanda pelo produto determina o volume de emprego da economia. Assim, conforme Keynes, o nível de emprego é dado no ponto onde a oferta agregada medida em termos de emprego, isto é, “a produção resultante do emprego de N homens”, se iguala à demanda agregada esperada, ou seja, “o produto que os empresários esperam receber do emprego de N homens” (KEYNES, 1992, pag. 38). Para Keynes, esse é o ponto de demanda efetiva.

Conforme Ferreira (2012) o PDE é importante à medida que nos revela o papel dos gastos na determinação do emprego e da renda, mas, também, quanto às características da composição do mercado de trabalho. Isso porque, seguindo essa proposta, como a demanda por bens e serviços determina o nível de emprego, ela também delinea as características dos postos de trabalho que deverão ser ocupados, bem como quais setores produtivos irão demandar mais mão de obra³. De outro modo, as características do mercado de trabalho de um setor de atividade ou da economia como um todo sofre influência da demanda por bens e serviços e do grau de desenvolvimento tecnológico desta economia.

Se por um lado, o comportamento do mercado de trabalho é influenciado pela demanda da economia, por outro lado, as remunerações dos trabalhadores são determinadas

³ Ademais, conforme Appelbaum (1979), “... the demand for labor to production has three components: the first conceptualizes the institutional nature of business sector; the second characterizes the prevailing technology; while the third describes the pricing decision of firms with market power”. (APPELBAUM, 1979, pág. 37)

por alguns fatores fundamentais, dentre eles, a importância relativa da ocupação e da estrutura produtiva a qual esta ocupação está inserida no cenário econômico de um país; as oportunidades de emprego na economia⁴; as políticas econômicas voltadas para emprego e renda e o poder político dos trabalhadores⁵.

Assim, a análise que se procede manterá como pano de fundo o papel da demanda efetiva na economia, bem como na determinação do emprego. O passo seguinte é apresentar a evolução da taxa de desemprego no Brasil e suas principais características ao longo da última década de 2000.

3 – Evolução do Desemprego no Brasil na década de 2000.

A partir da observação dos dados da economia é possível avaliar o comportamento de algumas variáveis selecionadas e com isso interpretar e apontar possíveis encaminhamentos de políticas econômicas. O objeto de interesse deste artigo é traçar um panorama da evolução do desemprego e suas principais características ao longo dos anos 2000. Neste trabalho, iremos observar o desempenho do mercado de trabalho de acordo com a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acompanhando a taxa de desocupação dos trabalhadores e os efeitos da valorização do salário mínimo no mercado trabalho, bem como, seus reflexos na estrutura de ocupações das atividades econômicas.

O primeiro passo é analisar o comportamento do desemprego no Brasil através da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) elaborada pelo IBGE, com objetivo de elaborar indicadores mensais sobre a força de trabalho em situação de procura de emprego. A mensuração do desemprego no Brasil é feita apenas nas regiões metropolitanas - Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, considerando que tais regiões são representativas da situação do País.

Como pode ser observado no Gráfico 1 é apresentada a evolução da taxa de desocupação no Brasil, nos anos de 2003 e 2004, o País se encontrava em uma situação grave de desemprego, com respectivamente 12,3% e 11,5 %, da população a procura de emprego, um total de 5 milhões de pessoas desempregadas. Contudo, a partir de 2005 a taxa de desocupação diminui para o patamar de 10%, por conseguinte, para 7,9% em 2008.

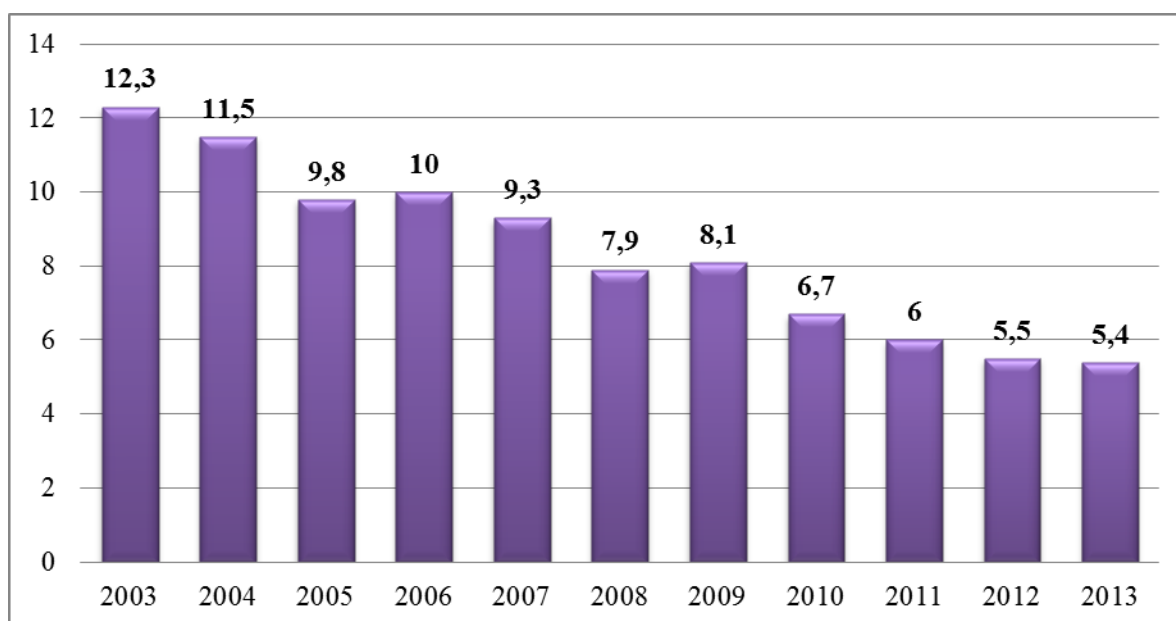
⁴ Ver Thurow (1979).

⁵ Para mais detalhes ver Ferreira (2012).

Porém em 2009 houve um aumento da taxa de desemprego no Brasil, segundo MORETO & PRONI (2011) A crise econômica internacional interrompeu a trajetória de expansão da economia brasileira, com queda do nível de atividade econômica afetou muito negativamente a geração de postos de trabalho no final de 2008 e início de 2009, muitos analistas acreditavam que o desemprego pudesse voltar ao patamar de 2003.

Mas, o impacto da crise econômica sobre o mercado de trabalho nacional foi bem menor do que o esperado e provocou uma elevação moderada do desemprego só no primeiro trimestre de 2009. A partir de 2010 ocorre uma trajetória descendente na taxa de desocupação do país, em 2013 obteve saldo de 5,4% alcançando o menor nível desde que a série da PME com nova metodologia teve início em 2002.

Gráfico 1 – Taxa de desemprego média anual (em %).



Fonte: IBGE-PME. Elaboração própria.

Ademais, analisando taxa de desemprego nas regiões metropolitanas podemos observar na Tabela 1 que há diferenças significativas entre as áreas metropolitanas do País, considerando que São Paulo obteve a maior redução na taxa de desocupação, de 11,8% em 2003 para 4,4% em 2013, seguido do Rio de Janeiro com 8,6% para 3,7%, respectivamente.

Tabela 1 – Taxa de desemprego média anual nas regiões metropolitanas (em %).

Anos	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2003	12,1	15,7	10,4	8,6	11,8	7,9
2004	11,1	15,4	8,5	8,5	9,8	6,6
2005	13,9	14,6	7,0	6,8	7,9	6,7
2006	10,4	12,4	7,1	6,5	9,0	6,6
2007	9,9	11,4	5,5	6,1	8,0	5,3
2008	7,8	10,0	5,5	6,2	7,1	4,7
2009	8,4	10,7	5,1	5,4	7,5	4,3
2010	6,9	8,4	4,3	4,9	5,3	3,0
2011	4,7	7,7	3,8	4,9	4,7	3,1
2012	5,6	5,7	3,5	4,0	5,2	3,0
2013	5,9	7,7	3,4	3,7	4,4	2,6

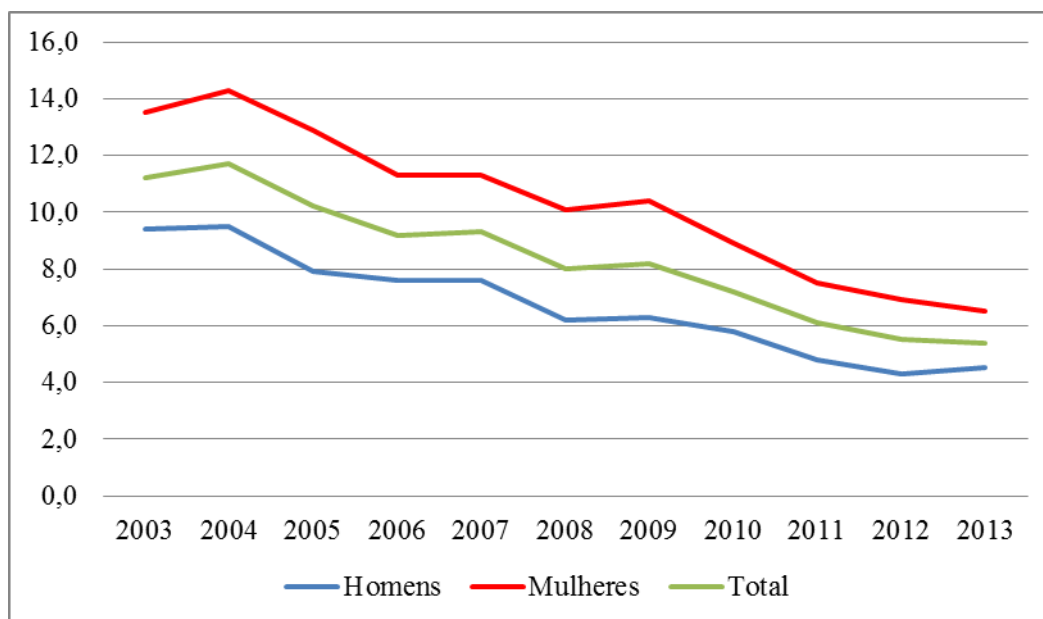
Fonte: IBGE-PME. Elaboração própria.

*Dados referente ao mês de Dezembro de 2003 – 2013.

Em 2013 foi Porto Alegre que obteve o menor nível da taxa de desempregados 2,6%, um total de 51 mil pessoas desocupadas, enquanto Salvador possui a maior taxa de desocupação, com 7,7% da população desempregada. Por outro lado, Recife e Salvador ainda há uma boa parcela dos trabalhadores desempregados em 2013, com um total de 258 mil pessoas desempregadas. É possível observar que nas regiões metropolitanas do Nordeste o desemprego afeta uma parcela maior da população, quando comparado com as regiões Sudeste e Sul.

Ao observar o perfil do desemprego, o Gráfico 2 apresenta o comportamento da taxa de desemprego analisado por gênero. É possível verificar que a trajetória do desemprego permanece descendente, contudo a desocupação feminina é maior que a desocupação masculina para todos os anos analisados na série. Sendo a curva de desemprego feminina acima do nível total de desemprego, indicando que a desocupação atinge de maneira mais intensa as mulheres. Contudo, a desigualdade de gênero no mercado de trabalho está diminuindo, haja vista, que em 2003 havia uma diferença de 4,1 p.p. da taxa de desocupação entre os gêneros e quando comparado ao mesmo mês de 2013 há uma redução de 2,6 p.p. do nível de desemprego entre homens e mulheres.

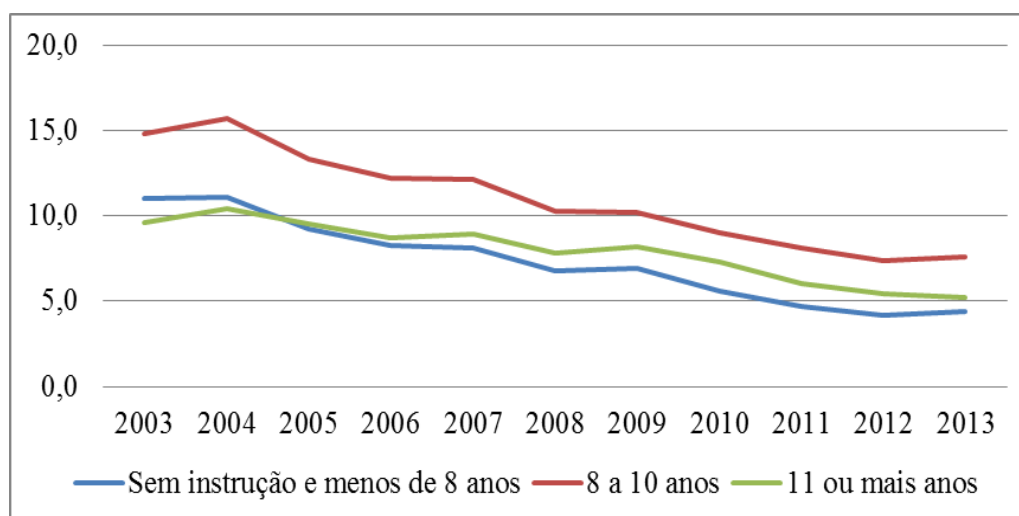
Gráfico 2 – Taxa de desemprego aberto por gênero (em %).



Fonte: IBGE-PME. Elaboração própria.

Ao analisar a evolução da taxa de desemprego de acordo com os anos de estudos do desempregado, podemos observar no Gráfico 3 que a desocupação é mais intensiva na parcela dos trabalhadores que possuem de 8 a 10 anos de estudos, em 2013 corresponde a 6,7%, um total de 266 mil pessoas desempregadas.

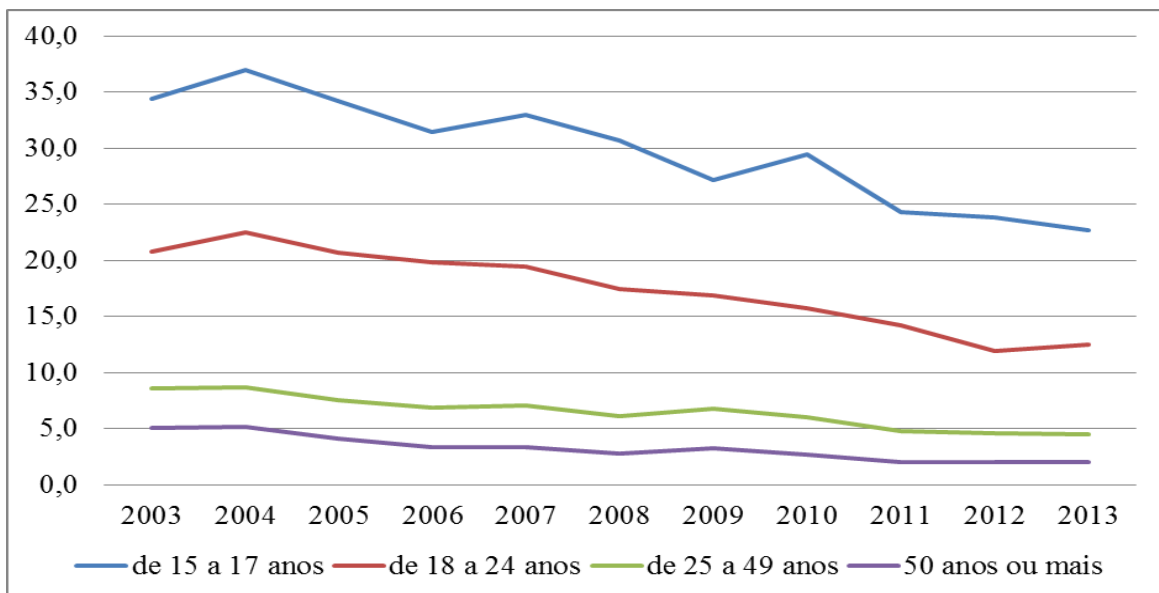
Gráfico 3 – Taxa de desemprego média anual por anos de estudos (em %).



Fonte: IBGE-PME. Elaboração própria.

No Gráfico 4, podemos verificar que os trabalhadores jovens de 15 a 17 anos são muito mais afetados com o desemprego do que a parcela adulta de 18 a 24 anos, em 2004 era de 37% a taxa de desocupação dos jovens e enquanto os adultos tinha uma taxa de desemprego de 22%. Havendo um aprofundamento dessa relação em 2013, com uma diferença de 18 p. p entre essas faixas etárias. Entre a população de 50 anos ou mais a taxa de desemprego ao longo da década ficou no patamar médio de 3,2% seguido por 6,3% dos adultos entre 25 a 49 anos.

Gráfico 4 – Taxa de desemprego média anual por faixa etária (em %)



Fonte: IBGE-PME. Elaboração própria.

Conforme esclarece Moreto e Proni (2012), no Brasil muitos desempregados não aparecerem nas estatísticas oficiais, por dois motivos: 1) porque na semana de referência da pesquisa exerceram um trabalho precário e esporádico, embora estivessem procurando um emprego regular; ou 2) porque não procuraram emprego nos últimos trinta dias e foram considerados inativos, embora estivessem dispostos a trabalhar se recebessem uma oportunidade. Essas duas situações configuram o “desemprego oculto”.

De acordo com os dados fornecidos pela Pesquisa do Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a Tabela 2 apresenta o desemprego oculto ao longo da década houve um declínio dessas taxas, indicando sucessivas melhoras na inserção de trabalhadores no mercado de trabalho formal, contudo as metrópoles do Nordeste (Recife e Salvador) possuem as maiores taxas de

desemprego oculto, onde o nível de informalidade do mercado de trabalho é maior quando comparado com as outras regiões.

Tabela 2 –Taxa de desemprego oculto média anual (em %)

Período	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
2003	7,5	8,1	5,6	9,4	11,0	7,1
2004	6,7	7,9	5,2	8,8	10,6	7,1
2005	6,0	6,5	4,2	8,3	10,2	6,4
2006	4,1	7,6	4,1	7,8	8,6	5,4
2007	3,4	6,1	3,2	7,4	8,0	4,7
2008	2,3	5,7	2,9	7,7	8,2	4,2
2009	2,3	5,3	2,5	7,6	7,3	3,9
2010	1,7	4,4	1,7	6,4	5,6	3,1
2011	1,0	3,5	1,1	5,0	4,9	2,2
2012	0,4	2,8	1,0	4,5	5,6	2,2
2013	0,7	-	0,9	4,7	5,2	2,0

Fonte: DIEESE –PED. Elaboração Própria.

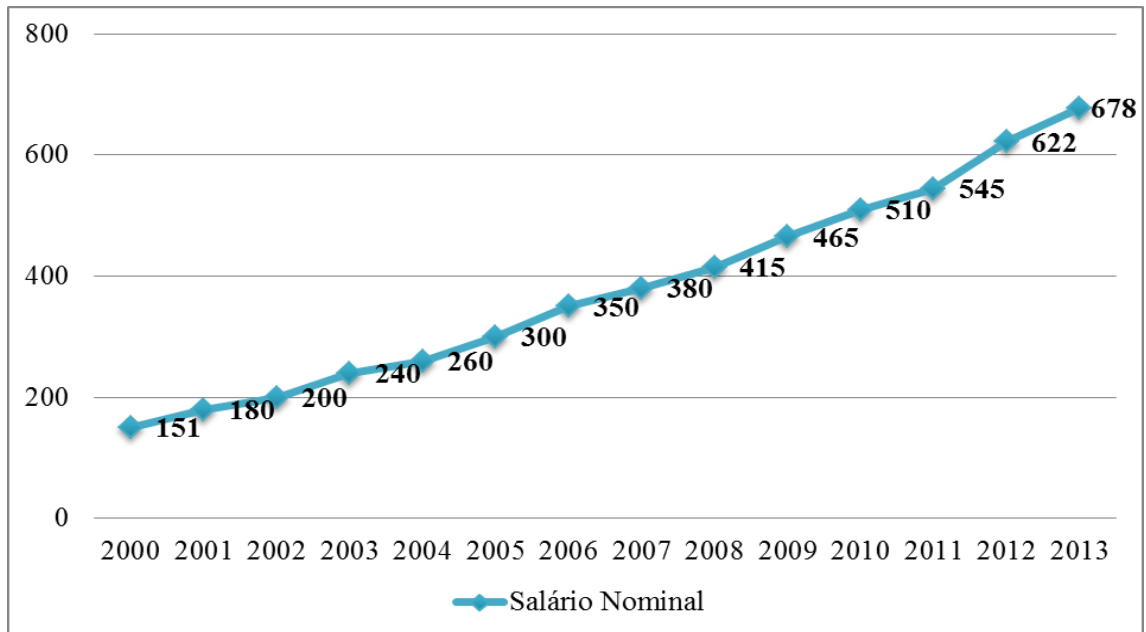
A determinação do emprego depende da quantidade de bens produzidos e estes, por sua vez, depende da quantidade demanda destes bens e serviços. Conforme Ferreira (2012), deve-se postular que o desemprego não pode ser visto como um resultado do mercado de trabalho, mas, sim como resultado do mercado de bens e serviços. Assim, o volume de emprego numa economia é obtido no mercado de produto, isto é, a quantidade de bens e serviços que deverão ser produzidos com base na demanda por estes define também a demanda por mão-de-obra necessária para a produção destes produtos.

Portanto, a trajetória de sucessivas quedas na taxa de desemprego ao longo da última década deve-se ao crescimento econômico do país gerando aumento da participação do emprego formal ,como também, o aumento da renda média⁶ do trabalho devido a políticas de

⁶ Para mais informações ver Baltar (2008).

valorização do salário mínimo. No gráfico 4 é possível acompanhar a evolução do salário mínimo de 2003 à 2013, podemos notar que houve um contínuo aumento do salário nominal.

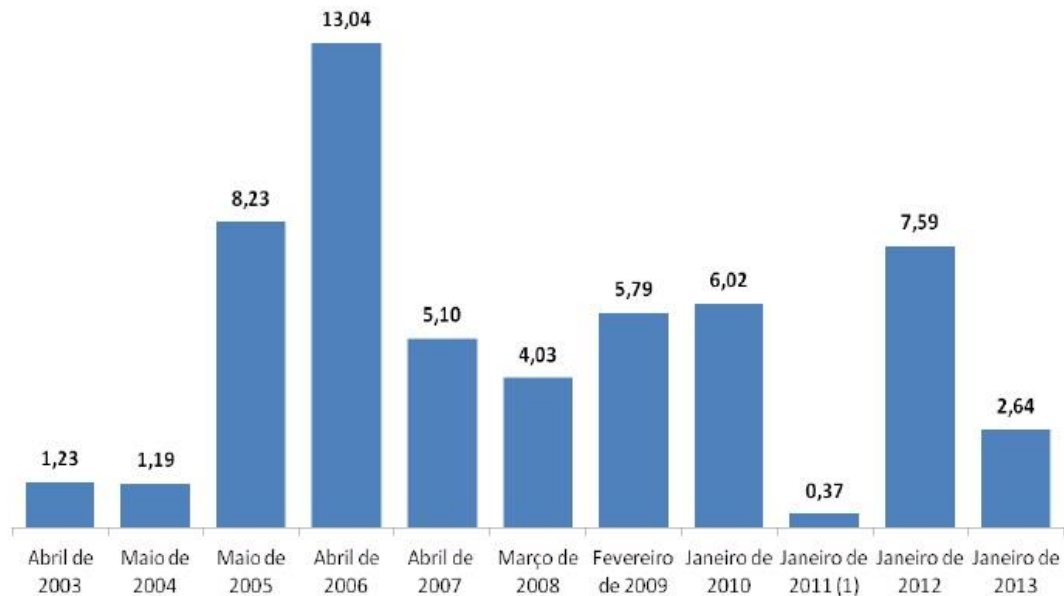
Gráfico 4 – Evolução do salário mínimo (em R\$).



Fonte: MTE RAIS Decreto 76.900 de 23/12/1975. Elaboração própria.

Considerando que os aumentos do salário nominal, também foi acompanhado pelo salário real, que é medido em termos de poder de compra (de bens e serviços) do salário nominal, em um dado período. Se há uma alta geral de preços dos bens e serviços (inflação), sem que os salários subam na mesma proporção e no mesmo ritmo o poder de compra do salário nominal cai, isto é, o salário real diminui. Obtendo, então a variação do nível do poder aquisitivo dos trabalhadores.

Gráfico 5 – Aumentos reais no salário mínimo de 2003 a 2013 (em %)



Elaboração: DIEESE.

De acordo com Gráfico 5, o salário real obteve constantes aumentos, sinal que não houve perda do poder de compra para os trabalhadores de carteira assinada. O aumento do piso salarial tem impacto muito positivo na renda das famílias, tendo em vista que boa parte da composição desta renda familiar provém da remuneração do trabalho⁷, haja vista, que os salários compõem a maior parte da renda dos indivíduos.

Ademais, dada a importância dos rendimentos do trabalho na composição da renda familiar podemos analisar o grau de concentração da renda no Brasil através do índice de Gini. O coeficiente de Gini apresenta os dados numa escala de 0 a 1, onde zero corresponde a uma completa igualdade de renda e o número 1 a uma total desigualdade de renda.

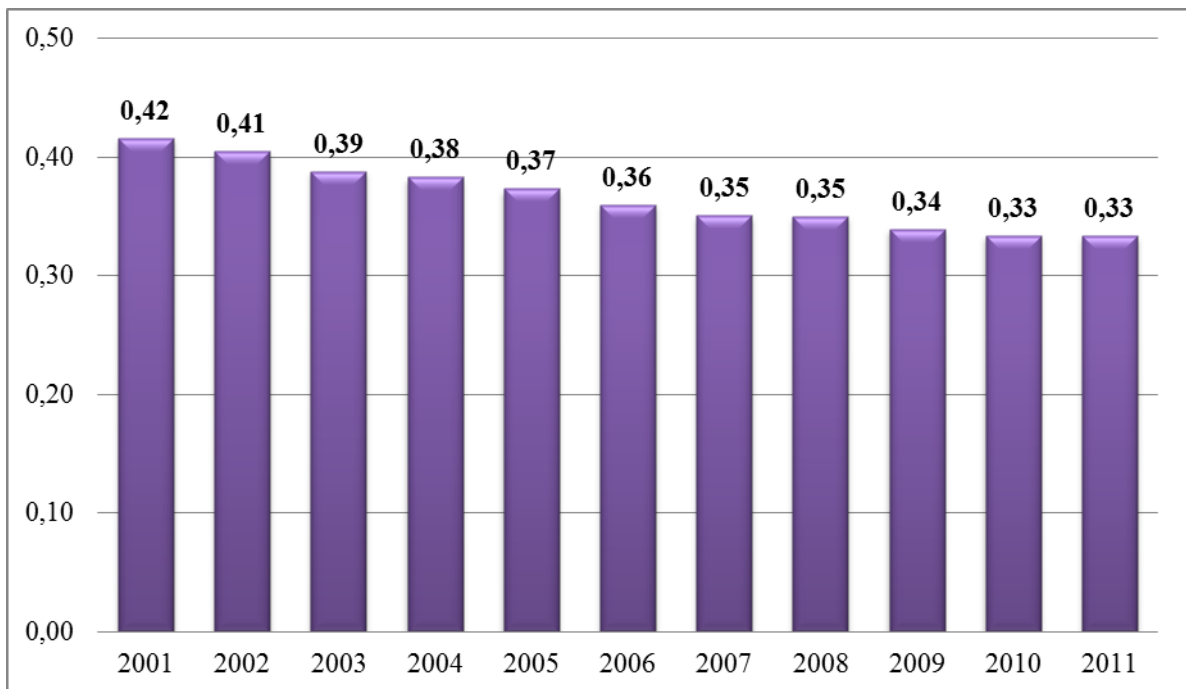
A Relação Anual de Informações Sociais disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego é um registro administrativo de temporalidade anual que apresenta informações sobre o mercado de trabalho formal e de cobertura de todo o território nacional, sendo o registro administrativo feito por vínculo empregatício. Através dos dados fornecidos pela RAIS foi possível calcular o índice de Gini para o Brasil, podemos observar que o coeficiente de Gini demonstra uma tendência de queda nesta década analisada, sendo necessário ressaltar

⁷ Para mais informações ver Ferreira e Florentino (2012).

que a distribuição de renda do trabalho em geral obteve valores de 0,5 mostrando que há uma relativa baixa concentração da renda do trabalho.

No ano 2001 obteve o mais alto indicador desta década com 0,41 no coeficiente de Gini, enquanto 2008 ficou com 0,35 e os anos de 2010 e 2011 possuem os melhores indicadores ao longo da primeira década dos anos 2000, com 0,33 ao passo que se distancia cada vez mais de uma unidade, havendo constantes melhoras na distribuição da renda do trabalho.

Gráfico 6 – Distribuição de Renda do trabalho na década de 2000.



Fonte: MTE RAIS Decreto 76.900 de 23/12/1975. Elaboração própria

A notável a melhora na distribuição de renda do trabalho dos indivíduos foi favorecida pelas sucessivas valorizações do salário mínimo e o aumento do poder de comprar dos trabalhadores. Como visto anteriormente a evolução do salário mínimo, que demonstra a relação que aumento nos níveis de salários influencia diretamente no alcance da melhora da distribuição de renda do trabalho formal entre os indivíduos.

Sendo possível notar o crescimento mercado de trabalho formal do Brasil ao passar desta década, foi devido, entre outros fatores, a trajetória descendente da taxa de desemprego

e a expansão no volume do emprego formal em consonância com contínuos aumentos de remuneração gerando melhora na distribuição de renda do trabalho da população brasileira.

Como foi visto na segunda seção deste trabalho, numa economia capitalista de produção, os componentes da demanda agregada tornam-se essenciais para geração e a manutenção do nível de emprego garante renda a milhares de famílias neste país. Daí a importância de ser pensar em instrumentos de políticas econômicas que possam garantir o nível de emprego e rendimentos para um do combate eficaz da desigualdade social no Brasil.

3 – Considerações Finais

Este trabalho buscou apresentar a evolução e o comportamento da taxa de desocupação no País e apontado as principais características do perfil do desemprego de acordo com os dados fornecidos pela PME realizada pelo IBGE. A importância de analisar o comportamento do mercado de trabalho ajuda a melhor compreendê-lo para garantir manutenção do nível de emprego, por conseguinte, garantir renda a milhares de famílias neste país.

É notável diminuição taxa de desemprego durante os anos de 2003 a 2013, contudo as características do perfil do desemprego não se alteraram ao longo da década, continua atingindo de forma mais intensa as mulheres, os jovens e os trabalhadores com ensino fundamental incompleto e o ensino médio incompleto. Para reverter esse quadro é necessário que haja políticas econômicas que estimulem o emprego, através de incentivo à demanda agregada. Essas políticas, aliás, devem ser direcionadas a setores produtivos que possam absorver esta massa de trabalhadores que devido ao seu perfil restringe as chances de obter um emprego formal.

Ademais, as sucessivas valorizações no salário mínimo geram o aumento do poder de compra e também é um fator importante na melhora da distribuição de renda do trabalho no Brasil. Por isso pensar em políticas econômicas que estimule o volume emprego e a renda através de estímulos à demanda agregada devem ser pensadas e aplicadas numa economia como a brasileira.

4 – Referências

APPELBAUM, E. **Labor Market in Post-Keynesian Theory**. In PIORE, M. Unemployment and Inflation, Institutional and Structuralist Views. New York: Scharpe, 1979.

BALTAR, P. (Coord.). **Estrutura do Emprego e da Renda**. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, 2008/2009. 84 p. Relatório integrante da pesquisa “Perspectivas do Investimento no Brasil”, em parceria com o Instituto de Economia da UNICAMP, financiada pelo BNDES. Disponível em: <http://www.projetopib.org/?p=documentos> . Acesso em 16 mar. 2014.

CHILLIATTO-LEITE, M. V. **Teorias da demanda efetiva. Keynes, Kalecki e algumas implicações**. III Encontro da Associação Keynesiana Brasileira, 2010.

FERREIRA, L.S. **Distribuição de Salários na Economia Brasileira: Um estudo a partir da matriz de contabilidade social para os anos de 2001, 2005 e 2008**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2012.

FERREIRA, Luciana; FLORENTINO, Giselle. Análise do comportamento do mercado de trabalho por regiões geográficas do Brasil. In: Seminário do Trabalho - RET. São Paulo, 2012.

FERREIRA, Luciana; FLORENTINO, Giselle. Análise do mercado de trabalho e salários na década de 200. In: XIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Trabalho. Curitiba-PR, 2013.

LOPES, L. M., e VASCONCELLOS, M. A. S. - **Manual de Macroeconomia**– Equipe de Professores da USP, 3ª. Edição, Edit. Atlas, 2008.

KEYNES, J. M., **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1992.

MORETTO, A. J. ; PRONI, M. W. . O Desemprego no Brasil: análise da trajetória recente. In: Ivan Targino, Roberto Veras de Oliveira. (Org.). Cenários da Crise e do Trabalho no Brasil. 1ed.João Pessoa - PB: Editora Universitária UFPB, 2012, v. 1, p. 127-156.

THUROW, L. A **Job Competition Model**. In PIORE, M. Unemployment and Inflation, Institutional and Structuralist Views. New York: Scharpe, 1979.